



**PARECER REGULARIDADE DO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

ORIGEM: Processo de Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL - 007/2018**
ASSUNTO: Parecer Prévio
Requerente: Comissão de Licitação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, e o art. 16 da lei municipal 224/2013, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha - TO, com vistas de **verificar a legalidade e legitimidade de atos da gestão dos responsáveis** pela execução orçamentário-financeiro e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Veio a conhecimento desta Secretaria de Controle Interno, o processo Licitatório **Pregão Presencial nº 007/2018**, que pede-se a análise e parecer prévio dos atos realizados pela Comissão de Licitação, que versa a eventual contratação de serviços de provedor de internet via rádio, wireless.

CONCLUSÃO

A Comissão Permanente de Licitações, na conformidade da Lei Federal nº 15.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 028/2010, 05 de outubro de 2010, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie solicitou parecer desta Controladoria sobre o procedimento em referência.

Ao exame dos autos, verifica-se obediência às regras e procedimentos compreendidos nesses diplomas legais, não registrando eles, até a atual fase, quaisquer irregularidades.

Destarte, inexistindo vício legal ou administrativo que possam macular o processo licitatório, opino pela prosseguimento legal.

É o parecer.

Cachoeirinha/TO, 21 de fevereiro de 2018.



Patrese de Carvalho Cardoso
Secretário Extraordinário de Controle Interno

Patrese de Carvalho Cardoso
Secretário Extraordinário do
Controle Interno
Decreto Nº 010/2017